



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Contadoria

Nome do Candidato

Caderno de Prova '05', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. **Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.**
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

A dor, juntamente com a morte, é sem dúvida a experiência humana mais bem repartida: nenhum privilegiado reivindica ignorância em relação a ela ou se vangloria de conhecê-la melhor que qualquer outro. Violência nascida no próprio âmago do indivíduo, ela dilacera sua presença e o esgota, dissolve-o no abismo que nele se abriu, esmaga-o no sentimento de um imediato sem nenhuma perspectiva. Rompe-se a evidência da relação do indivíduo consigo e com o mundo.

A dor quebra a unidade vivida do homem, transparente para si mesmo enquanto goza de boa saúde, confiante em seus recursos, esquecido do enraizamento físico de sua existência, desde que nenhum obstáculo se interponha entre seus projetos e o mundo. De fato, na vida cotidiana o corpo se faz invisível, flexível; sua espessura é apagada pelas ritualidades sociais e pela repetição incansável de situações próximas umas das outras. Aliás, esse ocultar o corpo da atenção do indivíduo leva René Leriche a definir a saúde como "a vida no silêncio dos órgãos". Georges Canguilhem acrescenta que ela é um estado de "inconsciência em que o sujeito é de seu corpo".

(Adaptado de: BRETON, David Le. **Antropologia da Dor**, São Paulo, Editora Fap-Unifesp, 2013, p. 25-6)

1. Conforme o texto, a

- (A) saúde, como estado de plenitude, torna perceptível a cisão entre corpo e sujeito.
- (B) dor, diferentemente da saúde, leva ao ocultamento do sujeito frente a seu corpo.
- (C) saúde, ao contrário da dor, torna o homem apto à percepção corporal, uma vez que não impõe barreiras inflexíveis.
- (D) dor, ao contrário da saúde, possibilita ao homem a tomada de consciência sobre seu próprio corpo.
- (E) dor, como sintoma da doença, estabelece uma relação de pertença entre corpo e sujeito.

2. *Violência nascida no próprio âmago do indivíduo, ela dilacera sua presença e o esgota, dissolve-o no abismo que nele se abriu, esmaga-o no sentimento de um imediato sem nenhuma perspectiva.* (1º parágrafo)

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) *Ela, como violência que nasce no interior do indivíduo, cuja presença dilacera e esgota, é dissolvida pelo abismo que nele se abriu, de tal modo que lhe esmaga o sentimento de um tempo presente sem esperança de futuro.*
- (B) *Violência que, ao nascer no próprio interior do indivíduo, de modo a dilacerar e esgotar sua presença, dissolve-se no abismo que nele foi aberto, esmagando-lhe o sentimento de um imediato sem nenhuma expectativa de futuro.*
- (C) *Ela, enquanto violência nascida em seu interior, dilacera a presença do indivíduo, em que pese seu esgotamento, dissolvendo-se no abismo que nele passou a existir, esmagando-se no sentimento de um momento sem nenhuma esperança.*
- (D) *Violência nascida em cuja essência a presença do indivíduo é dilacerada, a ponto de esgotá-lo e de dissolvê-lo no abismo em que se configura, uma vez que o esmaga no sentimento de um presente imediato sem perspectiva.*
- (E) *Ela é violência que nasce no próprio cerne do indivíduo, de maneira a dilacerar sua presença e a esgotá-lo, a ponto de dissolvê-lo no abismo que nele passa a existir, esmagando-o no sentimento de um presente sem expectativa de futuro.*

3. ... esse ocultar o corpo da atenção do indivíduo...
... definir a saúde como "a vida no silêncio dos órgãos".
(final do texto)

Os segmentos acima expressam, respectivamente,

- (A) causa e decorrência.
- (B) consequência e finalidade.
- (C) condição e necessidade.
- (D) consequência e condição.
- (E) causa e finalidade.

4. Os pronomes grifados nos segmentos ... *enraizamento físico de sua existência*, ... *sua espessura é apagada*... e ... *ela é um estado* de inconsciência... (2º parágrafo) referem-se, respectivamente, a:

- (A) homem, vida cotidiana e saúde.
- (B) enraizamento físico, corpo e atenção do indivíduo.
- (C) homem, corpo e saúde.
- (D) dor, vida cotidiana e saúde.
- (E) enraizamento físico, corpo e vida no silêncio.



5. Considere as frases abaixo.
- I. Ao se suprimirem as vírgulas do trecho *A dor, juntamente com a morte, é sem dúvida a experiência humana...*, o verbo deverá ser flexionado no plural.
- II. Na frase *Georges Canguilhem acrescenta que ela é um estado de "inconsciência em que o sujeito é de seu corpo"*, pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após *inconsciência*, sem prejuízo para a correção.
- III. Na frase *De fato, na vida cotidiana o corpo se faz invisível, flexível; sua espessura é apagada pelas ritualidades sociais...*, o ponto e vírgula pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido original, por dois-pontos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I.

6. Em nossa cultura, experiências passamos soma-se dor, considerada como um elemento formador do caráter, contexto *pathos* pode converter-se em *éthos*.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:
- (A) às – por que – a – no qual
- (B) as – por que – a – do qual
- (C) às – porque – a – em que
- (D) às – pelas quais – à – de que
- (E) as – que – à – com que

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, considere o texto abaixo.

Menino do mato

Eu queria usar palavras de ave para escrever.

Onde a gente morava era um lugar imensamente e sem [nomeação].

Ali a gente brincava de brincar com palavras tipo assim: Hoje eu vi uma formiga ajoelhada na pedra!

A Mãe que ouvira a brincadeira falou:

Já vem você com suas visões!

Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis e nem há pedras de sacristias por aqui.

Isso é traquinagem da sua imaginação.

O menino tinha no olhar um silêncio de chão e na sua voz uma candura de Fontes.

O Pai achava que a gente queria desver o mundo para encontrar nas palavras novas coisas de ver assim: eu via a manhã pousada sobre as margens do rio do mesmo modo que uma garça aberta na solidão de uma pedra.

Eram novidades que os meninos criavam com as suas palavras.

Assim Bernardo emendou nova criação: Eu hoje vi um sapo com olhar de árvore.
Então era preciso desver o mundo para sair daquele lugar imensamente e sem lado.
A gente queria encontrar imagens de aves abençoadas pela inocência.
O que a gente aprendia naquele lugar era só ignorâncias para a gente bem entender a voz das águas e dos caracóis.
A gente gostava das palavras quando elas perturbavam o sentido normal das ideias.
Porque a gente também sabia que só os absurdos enriquecem a poesia.

(BARROS, Manoel de, *Menino do Mato*, em *Poesia Completa*, São Paulo, Leya, 2013, p. 417-8.)

7. De acordo com o poema,
- (A) as novidades que o mundo apresentava ao menino precisavam de palavras novas para serem descritas, pois a linguagem se mostrava pobre para a imensidão de seu mundo.
- (B) as imagens vistas pelo menino eram reflexo de sua imaginação, livre da linguagem de que fazia uso para descrevê-las.
- (C) os sentidos atribuídos às palavras pelo menino adequavam-se, na verdade, às ideias normais, que, por seu turno, iam constituindo sua compreensão de mundo.
- (D) os absurdos, muito embora concernentes à poesia, eram compreendidos pela mãe como fruto da ignorância do menino.
- (E) as visões a que a mãe se refere são, para o menino, alterações no sentido usual das ideias, com que reinventava o mundo que o cercava.

8. Considere as frases abaixo.

- I. No verso *O que a gente aprendia naquele lugar era só ignorâncias*, o verbo destacado pode ser flexionado no plural, sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- II. Em seguida ao termo *voz*, no verso *e na sua voz uma candura de Fontes*, pode-se acrescentar uma vírgula, sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- III. Sem que nenhuma outra alteração seja feita, no verso *e nem há pedras de sacristias por aqui*, o verbo pode ser substituído por **existe**, mantendo-se a correção e o sentido original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.



9. A frase que admite transposição para a voz passiva está em:
- (A) ... para a gente bem entender a voz das águas e dos caracóis.
- (B) Isso é traquinagem da sua imaginação.
- (C) ... nem há pedras de sacristias por aqui.
- (D) Já vem você com suas visões!
- (E) ... para sair daquele lugar imensamente e sem lado.
-
10. Em uma redação em prosa, para um segmento do poema, a pontuação se mantém correta em:
- (A) A Mãe que, tinha ouvido a brincadeira, falou: "Já vem você com suas visões!" Porque formigas, nem têm joelhos ajoelháveis, nem há pedras de sacristias por aqui. "Isso, é traquinagem da sua imaginação".
- (B) A Mãe, que tinha ouvido a brincadeira, falou: "Já vem você com suas visões!" Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis, nem há pedras de sacristias por aqui: "Isso é traquinagem da sua imaginação".
- (C) A Mãe que tinha ouvido a brincadeira, falou: – Já vem você com suas visões! Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis, nem há pedras de sacristias por aqui: – Isso é traquinagem da sua imaginação.
- (D) A Mãe, que tinha ouvido a brincadeira falou: "Já vem você com suas visões!, porque formigas, nem têm joelhos ajoelháveis, nem há pedras de sacristias por aqui. Isso é traquinagem da sua imaginação".
- (E) A Mãe que tinha ouvido a brincadeira, falou: "Já vem, você com suas visões!"; porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis e nem há pedras de sacristias por aqui. Isso é traquinagem da sua imaginação.
-
- Raciocínio Lógico-Matemático**
11. Diante, apenas, das premissas "Nenhum piloto é médico", "Nenhum poeta é médico" e "Todos os astronautas são pilotos", então é correto afirmar que
- (A) algum poeta não é astronauta.
- (B) algum poeta é astronauta e algum piloto não é médico.
- (C) algum astronauta é médico.
- (D) todo poeta é astronauta.
- (E) nenhum astronauta é médico.
-
12. Um tabuleiro de xadrez possui 64 casas. Se fosse possível colocar 1 grão de arroz na primeira casa, 4 grãos na segunda, 16 grãos na terceira, 64 grãos na quarta, 256 na quinta, e assim sucessivamente, o total de grãos de arroz que deveria ser colocado na 64ª casa desse tabuleiro seria igual a
- (A) 2^{256} .
- (B) 2^{64} .
- (C) 2^{126} .
- (D) 2^{66} .
- (E) 2^{128} .
-
13. O dinheiro de Antônio é a quarta parte do de Bianca que, por sua vez, é 80% do dinheiro de Cláudia. Mexendo apenas no dinheiro de Antônio, um aumento de $x\%$ fará com que ele fique com o mesmo dinheiro que Cláudia tem. Nas condições dadas, x é igual a
- (A) 300.
- (B) 500.
- (C) 800.
- (D) 900.
- (E) 400.
-
14. Um cofrinho possui apenas moedas de 25 centavos e moedas de 1 real, em um total de 50 moedas. Sabe-se que a diferença entre o total de moedas de 25 centavos e de 1 real do cofrinho, nessa ordem, é igual a 24 moedas. O total de moedas de maior valor monetário em relação ao total de moedas de menor valor monetário nesse cofrinho corresponde, em %, a, aproximadamente,
- (A) 44.
- (B) 35.
- (C) 42.
- (D) 28.
- (E) 32.



Noções de Direito Penal

15. A respeito dos Crimes contra a Administração pública, considere:
- I. Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração pública.
 - II. A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos delitos forem ocupantes de cargos em comissão.
 - III. Se o agente for ocupante de função de assessoramento de fundação instituída pelo poder público não terá, por esse motivo, a pena aumentada.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.

18. Claudio, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, foi colocado em disponibilidade em face da extinção do órgão no qual estava lotado. Posteriormente, o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinou o imediato provimento, por Cláudio, de vaga aberta junto a outro órgão da Administração pública federal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, referida situação caracteriza
- (A) reversão, facultativa para o servidor, que poderá optar por permanecer em disponibilidade, recebendo 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos.
 - (B) redistribuição, obrigatória para o servidor, independentemente dos vencimentos do novo cargo.
 - (C) aproveitamento, cabível desde que se trate de cargo com vencimentos e atribuições compatíveis com o anteriormente ocupado pelo servidor.
 - (D) recondução, obrigatória apenas se o servidor estiver em disponibilidade há menos de 5 (cinco) anos.
 - (E) reintegração, somente obrigatória em se tratando de órgão sucessor do extinto nas respectivas atribuições.

16. No que concerne aos crimes contra o patrimônio,
- (A) o corte e a subtração de eucaliptos de propriedade alheia não configura, em tese, o crime de furto por não se tratar de bem móvel.
 - (B) se o agente obteve vantagem ilícita, em prejuízo da vítima, mediante fraude, responderá pelo delito de extorsão.
 - (C) se, no crime de roubo, em razão da violência empregada pelo agente, a vítima sofreu lesões corporais leves, a pena aumenta-se de um terço.
 - (D) se configura o crime de receptação mesmo se a coisa tiver sido adquirida pelo agente sabendo ser produto de crime não classificado como de natureza patrimonial.
 - (E) não comete infração penal quem se apropria de coisa alheia vinda a seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza.

Noções de Direito Constitucional

19. A proibição de que determinado governo – de qualquer nível – ao exteriorizar em placas, anúncios, propaganda e outros meios de divulgação de suas obras, faça qualquer referência ao nome do Presidente, Governador ou Prefeito ou do Partido Político ou coligação pelo qual foi eleito é uma decorrência do princípio constitucional da
- (A) finalidade.
 - (B) publicidade.
 - (C) legalidade.
 - (D) impessoalidade.
 - (E) eficiência.

Noções de Direito Administrativo

17. Determinado órgão da Administração pública federal pretende contratar, para evento cultural comemorativo aberto ao público, um profissional do setor artístico. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, referida contratação
- (A) deve ser precedida de procedimento licitatório, mediante carta convite a, pelo menos, cinco profissionais consagrados pela crítica especializada.
 - (B) prescinde de licitação, que se afigura inexigível desde que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou opinião pública.
 - (C) deve, necessariamente, ser precedida de procedimento licitatório.
 - (D) prescinde de prévio procedimento licitatório, se o valor da contratação for de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (E) pode ser feita com dispensa de licitação desde que se trate de profissional de notória especialização.

20. A Constituição Federal de 1988, ao disciplinar o regime jurídico do estrangeiro residente no país, estabeleceu que, quanto a eles,
- (A) não podem invocar o direito de acesso à educação, mesmo no ensino fundamental, sendo mera faculdade da Administração pública, provê-lo, havendo excedente de vagas.
 - (B) não se aplicam os direitos sociais conferidos aos trabalhadores urbanos.
 - (C) garante-se, como regra geral, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade em condições idênticas aos brasileiros.
 - (D) podem alistar-se como eleitores independentemente de naturalização, desde que residentes há mais de 10 anos no país.
 - (E) não podem impetrar diretamente *habeas corpus* em caso de prisão, ainda que ilegal ou decorrente de abuso de poder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. A empresa comercial Realiza S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis:

Balço Patrimonial (em reais)

Ativo	31/12/12	30/06/13	Passivo	31/12/12	30/06/13
Ativo Circulante	<u>250.000</u>	<u>433.000</u>	Passivo Circulante	<u>200.000</u>	<u>279.000</u>
Disponível	140.000	290.000	Fornecedores	180.000	250.000
Duplicatas a Receber	100.000	120.000	IR/CSLL a pagar	-	4.000
Seguros Pagos Antecipadamente	10.000	8.000	Adiantamento de Clientes	20.000	25.000
Adiantamento a Fornecedores	-	15.000			
			Passivo Não Circulante	<u>240.000</u>	<u>315.000</u>
Ativo Não Circulante	<u>550.000</u>	<u>526.000</u>	Empréstimos a pagar	240.000	315.000
Investimento	130.000	148.000			
Imobilizado		-	Patrimônio Líquido	<u>360.000</u>	<u>365.000</u>
Imóveis	420.000	420.000	Capital Social	300.000	320.000
Depreciação Acumulada de Imóveis		(42.000)	Reservas de Lucros	60.000	45.000
Total do Ativo	<u>800.000</u>	<u>959.000</u>	Total do Passivo + PL	<u>800.000</u>	<u>959.000</u>

Demonstração de Resultados

01/01/2013 a 30/06/2013

(em reais)

Receita de vendas	700.000
(-) Impostos sobre Vendas	(160.000)
(=) Receita Líquida de Vendas	540.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(410.000)
(=) Lucro Bruto	130.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(90.000)
Despesa de Seguros	(2.000)
Despesa de depreciação	(42.000)
(+) Outras receitas operacionais	
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	18.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro	14.000
(-) Despesa financeira (juros)	(25.000)
(=) Resultado antes do IR e CSLL	(11.000)
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(4.000)
(=) Prejuízo do Período	(15.000)

Com base nas demonstrações acima, sabendo-se que o aumento de capital foi em dinheiro e que as despesas financeiras não foram pagas, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais no primeiro semestre de 2013 foi, em reais,

- (A) 110.000, positivos.
- (B) 12.000, negativos.
- (C) 15.000, negativos.
- (D) 34.000, positivos.
- (E) 80.000, positivos.



22. A Cia. Negociadora S.A. possuía, em 30/06/2013, a seguinte situação patrimonial:

- Disponível R\$ 70.000,00.
- Aplicação Financeira R\$ 50.000,00.
- Estoques R\$ 40.000,00.
- Fornecedores R\$ 30.000,00.
- Capital Social R\$ 130.000,00.

Durante o mês de julho de 2013, a Cia. Negociadora S.A. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
01/07/13	Contratação e pagamento de um seguro contra roubo e incêndio no valor de R\$ 36.000,00, com vigência de 01/07/13 a 30/06/14.
04/07/13	Recebimento antecipado de R\$ 50.000,00 do Cliente João, para que a Cia. lhe entregue mercadorias em 31/07/2013.
08/07/13	Venda de mercadorias por R\$ 100.000,00, recebendo 60% à vista e o restante para ser recebido em 08/08/2013, sem juros. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 30.000,00.
17/07/13	Compra de estoques no valor de R\$ 60.000,00, à vista, sendo que neste valor estavam inclusos impostos recuperáveis de R\$ 15.000,00. A Cia. Negociadora S.A. pagou seguro no valor de R\$ 2.000,00 referente à esta compra.
25/07/13	Aumento de capital no valor de R\$ 25.000,00, com um imóvel.
31/07/13	Entrega das mercadorias ao Cliente João, referentes ao recebimento antecipado do dia 04/07/13. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 15.000,00.
31/07/13	A Cia. Negociadora S.A. foi informada a respeito de um processo trabalhista, cujo desembolso de caixa no valor de R\$ 25.000,00 é considerado possível, de acordo com o entendimento do departamento jurídico da Cia.
31/07/13	A aplicação financeira existente em 30/06/2013 é classificada como "Mantida para Negociação Imediata". De acordo com as condições contratuais, ela rende 2% ao mês. Sabe-se que o valor justo desta aplicação, em 31/07/2013, era R\$ 51.200,00.

Após o registro das operações acima, o Patrimônio Líquido Cia. Negociadora S.A., em 31/07/13, era, em reais,

- (A) 256.200,00.
- (B) 258.000,00.
- (C) 233.200,00.
- (D) 208.000,00.
- (E) 258.200,00.

23. Considere as seguintes informações:

Informação	Empresa A	Empresa B
Passivo circulante	R\$ 300	R\$ 450
Índice de Liquidez corrente	2,0	1,0
Composição do endividamento	40%	50%
Grau de endividamento (participação de capitais de terceiros em relação ao PL)	100%	150%
Retorno sobre o PL	20%	25%

Com base nas informações acima, a empresa

- (A) A possui maior montante de recursos de terceiros.
- (B) A apurou menor lucro líquido.
- (C) B apresenta menor patrimônio líquido.
- (D) A apresenta maior passivo não circulante.
- (E) B apresenta maior ativo circulante.



24. Em 01/12/2012, uma empresa efetuou uma venda pelo valor de R\$ 500.000,00 para ser recebido em 30/10/2014. Na data da venda, o valor presente desta venda era R\$ 465.000,00 e, em 31/12/2012, o valor presente era R\$ 468.000,00. O Custo da Mercadoria Vendida foi apurado em R\$ 430.000,00. De acordo com a regulamentação vigente, o efeito total no resultado da empresa em 2012, relacionado com a venda efetuada foi, em R\$, um Resultado Bruto igual a
- (A) 70.000,00 e uma Receita Financeira igual a R\$ 3.000,00.
- (B) 70.000,00.
- (C) 35.000,00 e uma Receita Financeira igual a R\$ 35.000,00.
- (D) 38.000,00.
- (E) 35.000,00 e uma Receita Financeira igual a R\$ 3.000,00.
-
25. Determinada empresa obteve, em 01/09/13, um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 com vencimento em 30/09/13. A taxa de juros contratada deste empréstimo foi de 2% ao mês. No entanto, por não ter recursos suficientes, a empresa não pagou este empréstimo na data do vencimento. De acordo com as condições contratuais, após o vencimento seria cobrada multa de 5% e correção pelo IGPM. Sabendo que a empresa pagou o empréstimo 30 dias após o vencimento e que o IGPM do período (30 dias) após a data de vencimento foi de 1%, o valor do passivo liquidado pela empresa foi, em R\$, de
- (A) 108.171,00.
- (B) 102.000,00.
- (C) 108.120,00.
- (D) 108.070,00.
- (E) 108.000,00.
-
26. O Patrimônio Líquido da Empresa Sem Rumo S.A., em 31/12/2010, totalizava R\$ 27.000.000,00 e a empresa obteve, no ano de 2011, um lucro líquido de R\$ 12.000.000,00. Os seguintes eventos foram reconhecidos no Balanço Patrimonial de 31/12/2011, em relação ao lucro líquido e às reservas:
- Reserva Legal: foi constituída de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações (o limite legal não foi atingido).
 - Reserva Estatutária: definida como sendo 10% do Lucro Líquido deduzido do valor da Reserva Legal.
 - Reserva de Lucros a Realizar: no valor de R\$ 2.000.000,00.
 - A empresa reverteu o valor de R\$ 3.000.000,00 que estava registrado como Reservas para Expansão que agora estão disponíveis para distribuição.
- O saldo que não estiver destinado a qualquer reserva específica será distribuído na forma de dividendos. Sabe-se que o estatuto da empresa define que o valor do dividendo mínimo obrigatório corresponde à soma das reservas de anos anteriores disponíveis para distribuição mais 20% do total do Lucro Líquido de cada ano.
- O valor dos dividendos mínimos obrigatórios a ser contabilizado no passivo e o valor do Patrimônio Líquido são, respectivamente, em reais,
- (A) 5.400.000,00 e 27.740.000,00.
- (B) 3.000.000,00 e 36.000.000,00.
- (C) 5.400.000,00 e 33.600.000,00.
- (D) 2.400.000,00 e 36.600.000,00.
- (E) 3.740.000,00 e 35.260.000,00.



27. Um equipamento industrial foi adquirido por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro nas seguintes condições:
- Data da aquisição: 01/12/2010.
 - 24 parcelas mensais de R\$ 30.000,00.
 - Uma parcela de R\$ 52.406,48 a título de valor residual garantido que deverá ser paga junto com a última parcela mensal.
 - A taxa de juros incluída no contrato é 2% a.m. e a empresa pretende ficar com o bem ao final do prazo do contrato de arrendamento.

O valor presente das parcelas do contrato de *leasing*, em 01/12/2010, era R\$ 600.000,00 e o valor justo da máquina na data de início do contrato era R\$ 630.000,00. Sabendo-se que a empresa pretende utilizar a máquina por 8 anos, que, ao final deste prazo, a máquina não terá valor de mercado e a empresa adota o método das quotas constantes para depreciação de todos os seus ativos, o resultado do mês de dezembro de 2010, será:

- (A) Despesa de depreciação = R\$ 25.000,00 e Despesa financeira = R\$ 12.000,00.
 - (B) Despesa de arrendamento = R\$ 30.000,00.
 - (C) Despesa de depreciação = R\$ 6.250,00 e Despesa financeira = R\$ 12.000,00.
 - (D) Despesa de depreciação = R\$ 6.562,50 e Despesa financeira = R\$ 12.600,00.
 - (E) Despesa de depreciação = R\$ 6.250,00 e Despesa financeira = R\$ 5.000,00.
-
28. Uma empresa adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 520.000,00. A compra foi realizada no dia 30/11/2011, o prazo para pagamento, concedido pelo fornecedor, foi de 400 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 425.000,00 se a compra tivesse sido efetuada com pagamento à vista. A empresa ficou responsável pela retirada das mercadorias na fábrica da empresa vendedora e efetuou o pagamento do frete no valor de R\$ 2.000,00. As mercadorias foram vendidas, em dezembro de 2011, por R\$ 600.000,00 para recebimento em 390 dias, e se a venda fosse à vista o preço praticado seria R\$ 510.000,00. O valor do Resultado Bruto da venda das mercadorias apurado pela empresa foi, em reais, igual a
- (A) 83.000,00.
 - (B) 80.000,00.
 - (C) 78.000,00.
 - (D) 173.000,00.
 - (E) 85.000,00.

Contabilidade Pública

29. A obtenção de uma operação de crédito de longo prazo é uma transação de natureza
- (A) administrativa e reduz o fluxo de caixa das operações.
 - (B) econômico-financeira e aumenta o fluxo de caixa dos investimentos.
 - (C) administrativa e aumenta o fluxo de caixa das operações.
 - (D) econômico-financeira e aumenta o fluxo de caixa dos financiamentos.
 - (E) administrativa e aumenta o fluxo de caixa dos financiamentos.
-
30. A consolidação intergovernamental das demonstrações contábeis forma uma unidade contábil
- (A) originária.
 - (B) consolidada.
 - (C) descentralizada.
 - (D) unificada.
 - (E) econômica.

31. Considere as transações, abaixo, ocorridas no mês de dezembro de 2013 em um órgão do Poder Judiciário Federal.
- I. Reconhecimento de obrigações trabalhistas referentes a dezembro de 2013, no valor de R\$ 800.000,00, a serem pagas em janeiro de 2014.
 - II. Utilização de material de consumo, no valor de R\$ 85.000,00, na prestação de serviços.
 - III. Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 120.000,00 referentes a material de consumo adquirido em 2013.
 - IV. Devolução de depósito caução no valor de R\$ 110.000,00.
 - V. Prestação de serviços de manutenção de elevadores no valor de R\$ 35.000,00, cujo pagamento ocorrerá em janeiro de 2014.
 - VI. Empenho da despesa com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 270.000,00 referentes a uma reforma do prédio, cuja liquidação ocorrerá em 2014.

Em dezembro de 2013, estas transações, consideradas em conjunto, provocaram um aumento no Passivo, em R\$, de

- (A) 875.000,00.
 - (B) 605.000,00.
 - (C) 835.000,00.
 - (D) 715.000,00.
 - (E) 690.000,00.
-
32. Considere as informações, abaixo, sobre a movimentação de um dos itens do estoque de material de consumo de um órgão do Poder Judiciário Federal no mês de setembro de 2013.

Data	Especificação	Quantidade (unidades)	Custo de Aquisição (unitário)	Valor de Mercado (unitário)
05/09/13	Estoque Inicial	300	R\$ 150,00	R\$ 160,00
15/09/13	Consumo	100	-	R\$ 160,00
20/09/13	Compra	200	R\$ 160,00	R\$ 160,00
25/09/13	Consumo	100	-	R\$ 156,00
30/09/13	Consumo	160	-	R\$ 153,00

Sabendo que o órgão público utiliza o método do custo médio ponderado móvel para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, o valor do estoque final de acordo com a NBC T 16.10, em 30/09/2013, era, em R\$, igual a

- (A) 21.560,00.
 - (B) 21.420,00.
 - (C) 22.400,00.
 - (D) 21.000,00.
 - (E) 21.700,00.
-
33. Em 20/09/2012, um órgão do Poder Judiciário Federal empenhou despesa no valor de R\$ 50.000,00 referente à aquisição de um veículo para ser utilizado em suas atividades. Em 01/10/2012, o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso pelo órgão público e, nesta mesma data, a vida útil do veículo e o seu valor residual foram estimados, respectivamente, em 5 anos e R\$ 6.800,00. Em 01/10/2013, houve a liquidação da despesa no valor de R\$ 400,00 referente à revisão periódica do veículo, gasto este que NÃO gerou benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com base nestas informações e considerando que a entidade utiliza o método de depreciação por quotas constantes, a variação patrimonial diminutiva relativa a este veículo no exercício financeiro de 2013 foi, em R\$, igual a
- (A) 9.040,00.
 - (B) 10.800,00.
 - (C) 10.400,00.
 - (D) 8.640,00.
 - (E) 12.500,00.



34. O reconhecimento da amortização de um ativo intangível gera o seguinte lançamento contábil

- (A) D – Disponibilidade por Destinação de Recursos comprometida por empenho
C – Disponibilidade por Destinação de Recursos
- (B) D – Crédito Empenhado a Liquidar
C – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- (C) D – Amortização
C – Intangível
- (D) D – Amortização
C – Amortização Acumulada
- (E) D – Amortização Acumulada
C – Variação Patrimonial Diminutiva

Atenção: Para responder às questões de números 35 e 36, considere as transações relacionadas, abaixo, referentes ao exercício financeiro de 2012 de uma determinada entidade do setor público.

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 17.000.000,00.
- Lançamento de tributos no valor de R\$ 6.000.000,00 e de receitas patrimoniais no valor de R\$ 800.000,00.
- Arrecadação de tributos no valor de R\$ 5.800.000,00 e de receitas patrimoniais no valor de R\$ 730.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 8.500.000,00.
- Obtenção de operações de crédito de longo prazo no valor de R\$ 2.100.000,00.
- Empenho de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 8.700.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 300.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 3.000.000,00;
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.500.000,00;
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 2.400.000,00.
- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 8.000.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 300.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 2.800.000,00;
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.500.000,00;
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 1.200.000,00.
- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.800.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 280.000,00;
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 2.670.000,00;
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.100.000,00;
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 1.200.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 600.000,00.
- Recebimento de Depósito Caução no valor de R\$ 120.000,00.
- Aumento do Ativo Imobilizado por Reavaliação no valor de R\$ 330.000,00.

35. No Balanço Financeiro referente ao exercício de 2012, os valores da Despesa Orçamentária e dos Recebimentos Extraorçamentários foram, respectivamente, em R\$:

- (A) 14.050.000,00 e 120.000,00.
- (B) 16.900.000,00 e 2.970.000,00.
- (C) 14.800.000,00 e 2.970.000,00.
- (D) 14.050.000,00 e 450.000,00.
- (E) 16.900.000,00 e 120.000,00.

36. O resultado de execução orçamentária do exercício de 2012, conforme Lei nº 4.320/64, em R\$, foi superavitário em

- (A) 2.480.000,00.
- (B) 2.330.000,00.
- (C) 500.000,00.
- (D) 230.000,00.
- (E) 2.600.000,00.

**Orçamento Público**

37. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu regras de gestão responsável não só aos entes da federação, como também aos Poderes, o que inclui o Poder Judiciário Federal e, por consequência, o TRF da 3ª Região. Dessa forma, o Presidente do Tribunal deverá emitir, quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal que conterá
- (A) comparativo com os limites da despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.
 - (B) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
 - (C) execução das despesas por função e subfunção.
 - (D) restos a pagar, detalhando os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.
 - (E) variação patrimonial, evidenciado a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
38. Durante os trabalhos de revisão do planejamento orçamentário do TRF da 3ª Região para 2014, o analista judiciário da especialidade contabilidade percebeu que não havia agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição consignados em dotação própria. Em razão desse fato, determinou que o estudo fosse feito de forma a respeitar esse agrupamento evidenciando
- (A) os programas orçamentários.
 - (B) os elementos orçamentários.
 - (C) as unidades orçamentárias.
 - (D) os grupos orçamentários.
 - (E) as funções orçamentárias.
39. Uma das atribuições do Analista Judiciário – Especialidade Contabilidade é realizar atividades a fim de garantir o adequado acompanhamento da situação patrimonial do TRF da 3ª Região. É norma legal atinente a essas atividades que
- (A) o resultado patrimonial do exercício deve ser evidenciado no Balanço Patrimonial.
 - (B) os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo valor de aquisição.
 - (C) os bens imóveis devem ser avaliados pelo valor médio de mercado.
 - (D) os bens cuja alienação dependa de autorização legislativa serão contabilizados no Ativo Permanente.
 - (E) a manutenção de registros sintéticos é obrigatória para os bens imóveis e facultativa para os bens móveis.
40. O TRF da 3ª Região alienou bem imóvel integrante do seu patrimônio. A receita derivada dessa operação pode ser aplicada
- (A) na aquisição de computadores.
 - (B) no pagamento de encargos sociais.
 - (C) na aquisição de papel sulfite.
 - (D) no pagamento de despesas com conservação de bens imóveis.
 - (E) no repasse de valores a instituições públicas de caráter assistencial sem fins lucrativos.

41. Existe a possibilidade de que o orçamento do TRF da 3ª Região não tenha computadas ou tenha insuficientemente dotadas autorizações para determinadas despesas. Nesse caso, a Lei nº 4.320/64 prevê como solução a abertura de créditos adicionais, que podem ser classificados em suplementares, especiais e extraordinários. É regra atinente aos créditos adicionais:

- (A) consideram-se recursos disponíveis para a abertura de créditos suplementares os resultantes de anulação parcial de dotação orçamentária.
- (B) a abertura de crédito adicional destinado à despesa urgente e imprevista em caso de calamidade pública independe de ciência ao Poder Legislativo.
- (C) são extraordinários os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (D) são especiais os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (E) os créditos suplementares, especiais e extraordinários deverão ser autorizados por lei.

Auditoria

42. Nos termos da Resolução CFC 986/03, a auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado. É regra atinente à auditoria interna que

- (A) o relatório é o documento pelo qual a auditoria interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, não podendo ser parcial.
- (B) deve assessorar a administração da entidade no trabalho da prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, ainda que verbalmente e de maneira reservada, sobre quaisquer indicações de irregularidades.
- (C) a obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro e fora da entidade, é denominada investigação e confirmação.
- (D) a verificação de registros, documentos e atos tangíveis é procedimento denominado observação.
- (E) devem ser obtidas e avaliadas informações consideradas adequadas, que são aquelas convincentes e factuais, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno.

43. A Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU 63/10 estabelece normas de organização e apresentação de relatórios de gestão, estando sujeitos à apresentação desses relatórios os órgãos entidades da Administração pública federal direta e indireta, o que inclui o TRF da 3ª Região. É norma atinente a esse regramento que

- (A) os relatórios de gestão ficarão disponíveis para livre consulta, no portal do TCU na internet, em até 15 dias da data limite para a apresentação.
- (B) a apresentação do relatório pode ser feita em meio impresso ou informatizado.
- (C) denomina-se consolidado o relatório de gestão quando envolver mais de uma unidade jurisdicionada e for conveniente ao TCU avaliar a gestão por meio de confronto das peças de cada unidade em conjunto.
- (D) as unidades jurisdicionadas ao TCU devem manter a guarda dos documentos comprobatórios de cada exercício, salvo os de natureza sigilosa.
- (E) as unidades jurisdicionadas não estão obrigadas a apresentar informação sobre a gestão em periodicidade inferior a um ano.



44. O planejamento da auditoria interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. O que deve ser estruturado de forma a servir como guia e meio de controle de execução de trabalho, devendo ser revisado e atualizado sempre que as circunstâncias exigirem, é o
- (A) relatório de auditoria.
- (B) demonstrativo de riscos de auditoria.
- (C) papel de trabalho.
- (D) quadro de testes de auditoria.
- (E) programa de trabalho.
45. Os procedimentos de auditoria interna constituem exames e investigações que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Para tanto, pode aplicar testes que visam tanto a obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, como a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema de informação da entidade. Esses testes são denominados, respectivamente,
- (A) de observância e vistoria.
- (B) vistoria e substantivo.
- (C) substantivo e vistoria.
- (D) de observância e substantivo.
- (E) substantivo e de observância.
- Matemática Financeira**
46. Dois capitais, apresentando uma soma igual a R\$ 40.000,00, são aplicados sob o regime de capitalização simples. O primeiro capital é aplicado, durante 9 meses, a uma taxa de 12,0% ao ano. O segundo capital é aplicado, durante 10 meses, a uma taxa de 14,4% ao ano. Se, no final dos respectivos prazos de aplicação, o valor do montante da segunda aplicação supera o valor do montante da primeira aplicação em R\$ 11.650,00, então a soma dos valores dos juros correspondentes das duas aplicações é, em R\$, igual a
- (A) 4.350,00.
- (B) 4.500,00.
- (C) 3.650,00.
- (D) 3.400,00.
- (E) 4.000,00.
47. Um investidor aplicou, durante um período, R\$ 28.000,00 e resgatou no final do prazo de aplicação todo o montante no valor de R\$ 31.015,60. Sabendo-se que a taxa real de juros desta aplicação foi igual a 6,00%, a taxa de inflação no período correspondente foi, em %, igual a
- (A) 5,00.
- (B) 4,50.
- (C) 4,77.
- (D) 5,55.
- (E) 5,25.
48. Considere que dois capitais de valores iguais foram aplicados em uma mesma data, sob o regime de capitalização composta a uma taxa de 2% ao bimestre. O primeiro capital foi aplicado durante 1 bimestre e o segundo durante 2 bimestres, verificando-se que o total do valor dos juros destas duas aplicações, no final dos respectivos prazos, foi igual a R\$ 1.359,00. O valor do montante da aplicação do segundo capital é, em R\$, igual a
- (A) 23.929,20.
- (B) 23.669,10.
- (C) 23.409,00.
- (D) 22.888,80.
- (E) 21.328,20.
49. Marina aplicou um capital no valor de R\$ 20.000,00, durante 1 ano, a uma taxa de juros nominal de 10,0% ao ano, com capitalização semestral. Ela resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 10 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final deste prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples, em %, é de
- (A) 10,8.
- (B) 14,4.
- (C) 13,8.
- (D) 13,2.
- (E) 12,3.
50. Duas duplicatas de valores nominais iguais são descontadas em um banco a uma taxa de 24,0% ao ano. Sabe-se que a primeira duplicata foi descontada 4 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto racional simples, e o valor do desconto foi igual a R\$ 1.200,00. A segunda duplicata foi descontada 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples. A porcentagem que o valor presente da segunda duplicata representa do valor presente da primeira duplicata é, em %, de
- (A) 90,0.
- (B) 96,0.
- (C) 94,0.
- (D) 97,2.
- (E) 92,4.

**QUESTÃO 2**

Considere a seguinte situação hipotética: Um funcionário do TRF ficou incumbido de participar do processo de elaboração do orçamento do órgão para 2013, acompanhar sua execução e elaborar o RGF.

Para tanto, deve executar os trabalhos em respeito aos ditames da legislação regedora da matéria, principalmente a Constituição Federal, a Lei nº 4.320/64 e a LRF.

Dessa forma, responda, fundamentadamente, às situações abaixo, relacionadas ao exercício do cargo.

A. Planejamento Orçamentário

- A.1.** Para a elaboração do orçamento devem ser atendidas, dentre outras, as seguintes regras: **A.1.1)** todas as despesas e receitas constarão pelos seus totais, vedada qualquer dedução; **A.1.2)** o total da despesa orçamentária não poderá ultrapassar o da receita orçamentária prevista; **A.1.3)** não deverão ser considerados dispositivos estranhos à previsão de receita e fixação de despesa. Essas três regras representam, respectivamente, quais princípios orçamentários?
- A.2.** O orçamento público pode prever despesas correntes e de capital. Assim, como devem ser classificadas, respectivamente, a previsão de despesas com diárias, passagens aéreas, locação de imóveis e aquisição de computadores?
- A.3.** A peça orçamentária deve prever o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a Administração pública para a consecução dos seus fins. Como é denominado esse desdobramento?

B. Execução Orçamentária

- B.1.** Para a realização da despesa pública devem ser apurados: a origem e o objeto do que se pretende pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. A que fase da despesa se referem essas apurações?
- B.2.** O regime de adiantamento é destinado a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Quais as condições previstas na Lei nº 4.320/64 para a realização de despesas por esse regime?
- B.3.** Com base nos balanços apresentados a seguir, relativos a 31/12/2013, calcule: **B.3.1)** resultado orçamentário do exercício; **B.3.2)** resultado financeiro do exercício; **B.3.3)** resultado patrimonial do exercício.

Balanço Orçamentário – 31/12/13			
Receita (execução)		Despesa (execução)	
– Receitas Correntes	350.000,00	– Créditos Orçamentários	200.000,00
– Receitas de Capital	50.000,00	– Créditos Suplementares	50.000,00
		– Créditos Especiais	50.000,00
		– Créditos Extraordinários	0,00

Balanço Financeiro – 31/12/13			
Receita		Despesa	
ORÇAMENTÁRIA	400.000,00	ORÇAMENTÁRIA	300.000,00
– Receitas Correntes	350.000,00	EXTRAORÇAMENTÁRIA	50.000,00
– Receitas de Capital	50.000,00	SALDO para o exercício seguinte	150.000,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	100.000,00		
SALDO do exercício anterior	100.000,00		



Balanco Patrimonial – 31/12/13			
Ativo		Passivo	
– Financeiro	150.000,00	– Financeiro	150.000,00
– Permanente	850.000,00	– Permanente	50.000,00
		SALDO PATRIMONIAL ANTERIOR	700.000,00
COMPENSADO	100.000,00	COMPENSADO	100.000,00

Demonstrativo das Variações Patrimoniais – 31/12/13			
Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES		RESULTANTES	
– Receita Orçamentária	400.000,00	– Despesa Orçamentária	300.000,00

C. Relatório de Gestão Fiscal

Para a solução dos próximos itens devem ser utilizados os valores constantes dos quadros a seguir e o limite de gastos com pessoal do TRF da 3ª Região deve ser o previsto na LRF para o Poder Judiciário Federal como um todo.

TRF Da 3ª Região – Despesa com Pessoal Acumulada: Dezembro De 2013 + 11 meses anteriores	
Vencimentos	100.000,00
Vantagens Fixas e Variáveis	10.000,00
Aposentadorias	10.000,00
Pensões	10.000,00
Adicionais	10.000,00
Indenização por Demissão de Servidor	20.000,00
Incentivo à Demissão Voluntária	30.000,00
Horas Extras	40.000,00
Encargos Sociais	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	150.000,00
Gratificações	10.000,00

Receita Corrente da União Acumulada: Dezembro de 2013 + 11 meses anteriores	
Receita Corrente Bruta da União	8.000.000,00
Receita Corrente Líquida da União	4.000.000,00

A LRF estabeleceu limites de gastos com pessoal para os entes da federação e seus poderes, que devem ser apurados quadrimestralmente e evidenciados no Relatório de Gestão Fiscal. Com base nos valores constantes dos quadros fornecidos:

- C.1. qual o limite percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida previsto para o Poder Judiciário Federal?;
- C.2. calcular o percentual de gastos de pessoal do TRF da 3ª Região tomando-se o mês de dezembro de 2013 como referência;
- C.3. há a necessidade de alerta por parte do Tribunal de Contas da União? Justifique sua resposta.

Nota: Não há a necessidade de indicação de artigos de lei para a fundamentação da resposta nem da demonstração dos cálculos. A abordagem apenas parcial acarretará desconto de 50% dos pontos atribuídos ao respectivo quesito.

